

DECLARAÇÃO DO CAUCUS REGIONAL DAS MULHERES PARLAMENTARES (RWPC)

PROFERIDA PELA HONORÁVEL SENADORA DRA. LINDA NXUMALO, DEPUTADA (ESSUATÍNI),

NA CERIMÓNIA OFICIAL DE ABERTURA

DA 59.ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA

ORGANIZADA/ACOLHIDA PELO

REINO DE ESSUATÍNI,

EM EZULWINI,

A

21 DE NOVEMBRO DE 2026

SAUDAÇÕES

.....

.....

É com um profundo sentimento de honra e de responsabilidade que hoje tomo a palavra perante esta augusta assembleia em nome das mulheres parlamentares da África Austral, sob a égide do Caucus Regional das Mulheres Parlamentares (RWPC).

Estamos reunidos no magnífico Reino de Essuatíni, uma nação cuja história sempre testemunhou a força, a sabedoria e a liderança das mulheres. A instituição da Ndlovukazi, a venerada «Elefanta», encarna um poderoso símbolo da autoridade e da influência das mulheres na governação nacional.

Inspiramo-nos igualmente na rainha Labotsibeni Gwamile, venerada como A Indomável, cuja notável coragem, perspicácia política e determinação inabalável contribuíram para preservar a soberania, o território e o património da nação suazi perante os formidáveis desafios colocados pela dominação colonial no final do século XIX e no início do século XX. O seu legado duradouro constitui um poderoso testemunho do papel essencial que as mulheres desempenham na construção da história e na determinação do destino das nações.

Estes legados lembram-nos que a liderança feminina não é alheia às nossas tradições africanas nem uma aspiração recente. Está profundamente enraizada na nossa história, na nossa cultura e na nossa identidade. A nossa responsabilidade consiste em garantir que a autoridade demonstrada por mulheres excecionais ao longo da história possa, em última análise, traduzir-se em oportunidades concretas para todas as mulheres das nossas sociedades.

O nosso Convidado de Honra e Distintos Delegados,

No entanto, mesmo quando celebramos estas conquistas, as realidades enfrentadas pelas mulheres e raparigas na África Austral, no continente africano e em todo o mundo exigem atenção urgente. Segundo as Nações Unidas, cerca de uma em cada três mulheres no mundo, aproximadamente 840 milhões, foi vítima de violência física ou sexual ao longo da vida. Por detrás destes números estão mulheres cuja segurança, dignidade e direitos fundamentais foram violados, muitas vezes no seio do próprio lar. A violência baseada no género e o

feminicídio continuam muito difundidos, ao mesmo tempo que as novas formas de violência digital, incluindo o cyberstalking, o assédio em linha e a utilização abusiva da inteligência artificial, ameaçam cada vez mais a segurança das mulheres e a sua participação na vida pública.

As desigualdades económicas continuam a ser igualmente preocupantes. As mulheres continuam a deparar-se com obstáculos no acesso à propriedade da terra, aos serviços financeiros, ao emprego digno e aos recursos produtivos, ao mesmo tempo que assumem uma parte desproporcionada das responsabilidades domésticas não remuneradas. Estas desigualdades limitam a sua autonomia económica e reduzem o seu contributo para o desenvolvimento nacional.

As alterações climáticas agravam ainda mais estas vulnerabilidades. Em toda a África Austral, os períodos recorrentes de seca e inundação e os fenómenos meteorológicos extremos ameaçam os meios de subsistência agrícolas, a segurança alimentar e o acesso à água. A gravidade deste desafio é evidente nas avaliações da SADC, que preveem que cerca de 53 milhões de pessoas na região enfrentem insegurança alimentar durante o período de consumo 2026/27. Perante a perspetiva de o fenómeno El Niño provocar novos défices de precipitação em partes da região, as pequenas agricultoras e os agregados familiares rurais enfrentam maior incerteza. Estes choques acentuam também os riscos de abandono escolar das raparigas, de casamento infantil e de violência baseada no género.

São também muito preocupantes as desigualdades persistentes nos cuidados de saúde materna, na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivos, na educação e no acesso às oportunidades económicas. A representação política também continua muito aquém das nossas aspirações. Em janeiro de 2026, as mulheres ocupavam apenas 27,4% dos lugares nos parlamentos nacionais a nível mundial. A situação em toda a África Austral é igualmente preocupante. Segundo as estatísticas de 2025 publicadas pelo Secretariado da SADC, a representação das mulheres no Parlamento totalizava 43% na África do Sul, 41% em Angola, 40% na Namíbia, 39% em Moçambique e na Tanzânia e 34% no Zimbabué. Aqui, em Essuatíni, a taxa de representação situava-se em 28%, ao passo que vários Estados-Membros permaneciam abaixo dos 25%, registando o Botsuana apenas 8,6%.

O que é ainda mais inquietante é o caráter desigual deste progresso. Entre 2024 e 2025, apenas três Estados-Membros registaram progressos, enquanto cinco conheceram estagnação e cinco registaram retrocesso. A representação das mulheres na Namíbia recuou de 50,9% para 40%, a de Moçambique de 43% para 39% e a das Seicheles de 25,7% para 22,8%. Nenhum dos 14 Estados-Membros que apresentaram relatório atingiu a meta de paridade de género de 50% em 2025. Estas tendências mostram que os progressos alcançados na representação política das mulheres não são nem adquiridos nem irreversíveis. Estas tendências sublinham a urgência de empreender reformas eleitorais e institucionais sustentadas, a par de medidas para preservar os progressos já alcançados. Mas, acima de tudo, a representação das mulheres deve traduzir-se numa influência real sobre a legislação, as políticas públicas, os orçamentos nacionais e a liderança política.

Estes desafios estão profundamente interligados ou são interdependentes. A pobreza aumenta a vulnerabilidade, a exclusão económica limita as escolhas das mulheres e a violência prejudica a sua capacidade de participar plenamente na vida social. Enfrentar estes desafios exige uma ação coordenada entre as nossas instituições legislativas, económicas e sociais.

O nosso Convidado de Honra e Distintos Delegados,

Ao assinalarmos o décimo aniversário da adoção da Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Proteção das Crianças Já Casadas, os dados disponíveis exigem uma reflexão aprofundada. Segundo as Nações Unidas, 31% das jovens com idades entre os 20 e os 24 anos na África Subsariana casaram antes de completar 18 anos. Trata-se de quase uma em cada três jovens cuja infância foi marcada por uma prática que muitas vezes conduz à interrupção da escolaridade, prejudica a saúde e limita as perspetivas económicas.

Para o Caucus Regional das Mulheres Parlamentares, estes desafios exigem uma resposta legislativa, política e institucional mais determinada. Os nossos compromissos regionais devem refletir-se em leis nacionais, programas dotados de meios financeiros adequados e melhorias tangíveis na vida das mulheres e raparigas. No cerne desta responsabilidade está a necessidade urgente de incorporar na nossa legislação nacional e de implementar os nossos compromissos regionais de erradicação do casamento infantil e da violência baseada

no género. Isto exige não só uma reforma legislativa, mas também a aplicação efetiva da lei, o acesso à justiça, serviços de proteção dotados de recursos adequados e um investimento sustentado na prevenção. Sem estas medidas, os direitos consagrados nas nossas leis permanecerão fora do alcance de quem mais deles necessita.

A capacitação económica das mulheres reveste-se de uma importância igualmente fundamental. Os governos devem enfrentar os obstáculos estruturais que limitam o acesso das mulheres à terra, aos insumos agrícolas, ao financiamento, aos mercados e ao emprego digno. A orçamentação sensível ao género deve ser institucionalizada nos quadros nacionais de planeamento e de despesa pública e ser objeto de fiscalização parlamentar eficaz. A independência económica é essencial não só para a dignidade e os meios de subsistência das mulheres, mas também para a sua capacidade de fazer escolhas informadas e de participar plenamente no desenvolvimento nacional.

A vulnerabilidade económica é agravada pelas alterações climáticas e pelas secas recorrentes associadas ao fenómeno El Niño. Instamos, por isso, os nossos governos a reforçar as medidas de adaptação às alterações climáticas e de preparação para catástrofes sensíveis à igualdade de género, investindo em sistemas de alerta precoce, agricultura resiliente ao clima, infraestruturas hídricas e proteção social. Estas medidas são de importância crucial para as mulheres das zonas rurais, cujos meios de subsistência sustentam os agregados familiares e as comunidades, e cuja precariedade económica pode ter consequências de grande alcance na educação, na nutrição e na proteção das crianças.

O nosso Convidado de Honra e Distintos Delegados,

À medida que as nossas sociedades se digitalizam cada vez mais, a proteção e a capacitação das mulheres devem estender-se igualmente à esfera digital. A legislação nacional deve prever salvaguardas e recursos eficazes contra o assédio em linha, o cyberstalking e a violência facilitada pela tecnologia, ao passo que as políticas públicas devem alargar o acesso das mulheres à Internet, às competências digitais e a novas oportunidades económicas. As mulheres devem poder participar na economia digital e no debate público sem sofrer intimidação, discriminação ou exclusão.

Estas prioridades assentam na necessidade de assegurar a participação igualitária das mulheres na liderança política e na

tomada de decisões. Os Estados-Membros devem implementar o Quadro da SADC para a Concretização da Paridade de Género na Política e na Tomada de Decisões, 2025-2035, através de reformas eleitorais e institucionais adequadas, metas mensuráveis e mecanismos regulares de prestação de contas. Esta maior representação deve ser acompanhada de uma participação efetiva na direção do Parlamento, nos processos legislativos, nas decisões orçamentais e na elaboração das políticas públicas.

O nosso Convidado de Honra e Distintos Delegados,

A nossa reunião realiza-se também na véspera dos «16 Dias de Ativismo contra a Violência Baseada no Género», que decorrerão de 25 de novembro a 10 de dezembro de 2026 sob o tema global «TODOS UNIDOS para pôr fim à violência contra as mulheres e as raparigas: garantir a justiça, proteger as sobreviventes, acabar com a impunidade». Este tema reveste-se de particular importância, pois coloca a justiça e a responsabilização institucional no centro da nossa resposta coletiva. Lembra-nos que condenar a violência não basta quando as vítimas não têm acesso à proteção, quando os autores escapam à responsabilização e quando os serviços de apoio essenciais são inacessíveis ou subfinanciados.

O nosso Convidado de Honra e Distintos Delegados,

Para concluir, permitam-me regressar ao legado duradouro da rainha Labotsibeni Gwamile, cuja coragem, sabedoria e determinação contribuíram para forjar o destino deste reino. O seu notável exemplo lembra-nos do que as mulheres são capazes quando a sua liderança é reconhecida e a sua autoridade respeitada. A nossa responsabilidade coletiva é garantir que cada mulher e cada rapariga goze/beneficie dos direitos, das oportunidades e do apoio institucional necessários para participar plenamente na construção do futuro das nossas sociedades.

Que esta 59.ª Assembleia Plenária marque um compromisso renovado com uma ação determinada. Convido os nossos parlamentos a exercer os seus mandatos legislativo, orçamental e de fiscalização com maior determinação, assegurando ao mesmo tempo que os nossos compromissos regionais se traduzam na adoção de textos/leis aplicáveis, programas dotados de recursos suficientes e progressos mensuráveis.

Construamos uma região da SADC em que nenhuma mulher se veja recusar a oportunidade de liderar, em que nenhuma rapariga seja privada da sua infância e em que a igualdade não seja apenas uma promessa, mas uma realidade vivida todos os dias.

Agradeço.